

Carolina P. Fedatto

ANTILUSITANISMO

RESUMO:

Como parte de um projeto que pretende investigar os efeitos do contrário e do negativo na construção de posições sóciohistóricas sobre o Brasil, o verbete *antilusitanismo* procura, num primeiro momento, contrapor o aparecimento das palavras *lusismo* e *lusitanismo* à formação de conceitos, ideias e pontos de vista sobre isso que seria propriamente *lusu* na história das relações entre as línguas. A seguir, apresenta alguns episódios da história brasileira que colocam em cena ideias antilusas tanto em movimentos artísticos quanto, e fundamentalmente, em conflitos de natureza socioeconômica. Por fim, analisa a gênese de certo antilusitanismo na construção do saber metalinguístico brasileiro considerando a história da colonização e o imaginário de formação das línguas nacionais.

Palavras-chave: Relações entre línguas; Colonização; Ideias linguísticas.

* Doutora em Linguística
pela Unicamp.
E-mail: carolinafedatto@gmail.com

ANTILUSITANISM

ABSTRACT:

As a part of a project which intends to investigate the effects of the contrary and the negative in the construction of socio-historical positions about Brazil, this article tries, in a first moment, to oppose the appearance of the words *lusismo* and *lusitanismo* against the formation of concepts, ideas and viewpoints about that which would be properly “lusó” in the history of the relations among different languages. Then, it shows some episodes of Brazilian history which display anti-lusitan ideas both in artistic movements and, fundamentally, in conflict of socio-economic nature. Finally, it analyzes the genesis of certain antilusitanism in the construction of the Brazilian metalinguistic knowledge, considering the history of colonization and the myth of formation of national languages.

Keywords: relation among languages; colonization; linguistic ideas.

ANTILUSITANISMO

RESUMEN:

Como parte de un proyecto que pretende investigar los efectos del contrario y del negativo en la construcción de posiciones socio-históricas sobre Brasil, la entrada *antilusitanismo* demanda, al principio, oponer la aparición de las palabras *lusismo* y *lusitanismo* a formación de conceptos, ideas y opiniones sobre lo que sería propiamente *lusó* en la historia de las relaciones entre las lenguas. A continuación presenta algunos episodios de la historia brasileña que ponen en escena ideas antilusas tanto en movimientos artísticos como, y sobre todo, en los conflictos de naturaleza socio-económica. Por último, se analiza la génesis del antilusitanismo en la construcción de conocimiento metalingüístico brasileño al considerar la historia de la colonización y el imaginario de la formación de las lenguas nacionales.

Palabras clave : Relaciones entre lenguas; Colonización; Ideas lingüísticas.

A CRIAÇÃO DAS PALAVRAS E A CONSTRUÇÃO DAS COISAS

Enquanto o aparecimento dos adjetivos *luso*, *lusitano* e *lusitano* data, segundo o dicionário Houaiss, de meados do século XVI – momento de formação e exaltação de valores nacionais –, qualificações como *lusismo* e *lusitanismo* são atestadas apenas no correr do XIX. A primeira confirmação do termo *lusismo* vem do filólogo português Candido de Figueiredo em seu *Novo dicionário da língua portuguesa*, de 1899. Já *lusitanismo* aparece anteriormente, num texto poético de Antonio Feliciano de Castilho de 1822. Três séculos separam a possibilidade de nomear a região ou o povo da *Lusitânia* – topônimo que, por sua vez, deriva de *Lusus*, filho de Liber, antigo deus itálico do vinho – da nomeação de um fato de linguagem ou modo de falar ou escrever próprio ao português de Portugal. Nesse ínterim, o Brasil se torna uma nação independente e começa a reivindicar legitimidade, por meio da construção de uma metalinguagem própria (gramáticas, dicionários, literatura, leis, debates públicos etc.), para a língua portuguesa falada e escrita em seu território. Esse acontecimento histórico certamente contribui para o reconhecimento das especificidades linguísticas das duas nações onde se fala, até então, a língua portuguesa como língua nacional. Assinale-se que outros termos que designam singularidades e influências linguísticas, como *brasileirismo* e *africanismo*, mas também *latinismo*, *helenismo*, *galicismo* e *anglicismo*, são igualmente produtos do século XIX.

Do ponto de vista sociolinguístico, encontram-se nas línguas fenômenos gerais como estrangeirismos, regionalismos, vulgarismos, barbarismos, arcaísmos e neologismos que denotam a heterogeneidade geográfica, social e histórica constitutiva de uma língua em seu imaginário de conjunto, sistema ou unidade. No caso da língua portuguesa, esses fenômenos podem ser apreendidos de diversos pontos de vista. Do enfoque português e voltando-se para o exterior/outro, pode-se falar em *helenismo* e *latinismo* para evocar o passado da língua; remetendo-se ao presente e/ou ao futuro, fala-se em *arabismo*, *galicismo*, *anglicismo*, *brasileirismo*, *africanismo*. Por sua vez, é do ponto de vista do brasileiro

para o outro que se pode falar em *lusismo* (marcando uma diferença de uso ou desuso), *tupinismo* e *africanismo* (evocando um passado ou uma inovação). Da visada africana, nada homogênea, podem vir, como qualificações sobre o outro, *lusismo*, *brasileirismo* e *crioulismo*. Nos casos voltados para fora e para o outro, os sentidos são de influência, interferência, empréstimo, aparecimento, origem, proveniência, inspiração, vício, propagação, introdução. Destaque-se que quando o foco está em si mesmo, por exemplo, quando um português diz *lusismo*, um brasileiro, *brasileirismo* ou um africano, *africanismo*, temos sentidos como os de primitivismo, particularismo, inovação, diferença, separação, divergência, mudança (cf. CÂMARA JR. 1956,1964). Do ponto de vista político-ideológico sobre a língua, o *antilusitanismo* caracterizar-se-ia pela recusa de vocábulos, sentidos e usos tipicamente portugueses, seja por parte dos próprios portugueses – por considerar-se arcaísmo ou idiotismo –, seja por parte dos brasileiros e demais países de língua oficial portuguesa – por considerar-se alheio ao uso corrente da língua naquele espaço nacional. Mencione-se ainda que a qualificação *lusitanismo/lusismo* pode caracterizar também a língua portuguesa como fonte ou causa de estrangeirismo, neologismo ou barbarismo em outras línguas.

IDEIAS SÓCIOHISTÓRICAS ANTILUSAS

As ideias antilusas começam a se configurar no Brasil em finais do período colonial, a partir de meados do século XVII, com a construção, pela historiografia, da noção de *nativismo* para designar um sentimento de amor à terra visando à criação de uma identidade entre os habitantes da América portuguesa (cf. VAINFAS, 2000 “nativismo”). Considera-se que o movimento literário romântico evidenciou a contribuição dos nativos no surgimento de uma pretensão nacional na luta, por exemplo, contra as invasões holandesas (*Insurreição pernambucana*, 1645) e nas incondições do século XVIII, contando aí as diversas revoltas antifiscais em que as populações coloniais, mesmo que de modo localizado e circunstancial, se insurgiram contra a exploração econômica da metrópole contribuindo para a formação de um imaginário

de resistência nativa às pressões fiscais da Coroa no Brasil (cf. Vainfas, 2000, “revoltas antifiscais”). Dentre as revoltas antifiscais, destacam-se a *Aclamação de Amador Bueno* (1641), *Revolta da cachaça* (1660), *Conjuração de “Nosso Pai”* (1666), *Revolta de Beckman* (1684), *Guerra dos Emboabas* (1708), *Revolta do sal* (1710), *Guerra dos mascates* (1710), *Motins do Maneta* (1711), *Revolta de Filipe dos Santos* (1720). Quanto aos movimentos de caráter emancipatório, sublinham-se a *Inconfidência mineira* (1789), *Conjuração carioca* (1794), *Conjuração baiana* ou *dos alfaiates* (1798), *Conspiração dos Suaçunas* (1801), *Revolução pernambucana* (1817). Note-se que, segundo os dicionários contemporâneos, a palavra *nativismo* data do século XX e *nativista* aparece em 1899, no dicionário de Candido de Figueiredo, deixando supor que a ideia de um movimento ou sentimento *nativista* foi uma construção historiográfica da primeira república. Além disso, assinala-se que as acepções de *nativismo* variam entre a valorização dos indígenas, dos nativos, dos locais e a aversão aos estrangeiros, em especial, no contexto em questão, aos portugueses.

De acordo com a historiografia, pode-se dizer ainda que os conflitos antilusitanos no Brasil têm caráter social e nacional. A partir do primeiro reinado, o “português” é entendido como “o outro” que ameaça a nacionalidade em construção. Mas o sentimento antiluso não se desvincula de conflitos socioeconômicos precisos, uma vez que os portugueses sempre monopolizaram setores fundamentais da economia e concorriam como mão-de-obra com os brasileiros, muitas vezes de forma desigual, num contexto de forte preconceito racial contra pardos e negros (Ribeiro, 1997). Vainfas (2002) chega a afirmar que a *lusofobia* foi um sentimento comum no período imperial e deve-se, mais do que à vaga demonstração de um nativismo exagerado, a uma reação contra condições materiais de vida – domínio luso no comércio varejista e concorrência no mercado de trabalho. Na elite, o horror ao português, identificado como responsável pelo atraso do país, representava uma repulsa ao passado colonial. O auge da demonstração desse sentimento antiluso ocorreu na madrugada de 30 de maio de 1834, em Cuiabá, capital da província do Mato Grosso, quando, aos gritos de

Mata-bicudo, diversos portugueses e brasileiros adotivos foram assassinados. À parte essa manifestação extrema, a população carioca revelava seu descontentamento com a alta concentração de imigrantes portugueses na corte por meio de palavras de ordem como *Mata-galegos*. Também um apelido pejorativo para as tropas portuguesas, *pés-de-chumbo*, contrastava com o dos brasileiros, *pés-de-cabra*, superiores em leveza por conta de diferenças no calçado do uniforme militar. Após o 7 de setembro, o sentido de *pés-de-chumbo* se ampliou, passando a designar quem não aderisse à independência ou, mais tarde, quem fosse favorável ao império ou inimigo de uma construção política independente da nação brasileira. Esses apelidos e gritos de ordem concentraram, durante muito tempo, um sentimento *antilusitano* ou *lusófono* difuso, produzido pelos brasileiros, à falta de um critério melhor, com vistas a construir um anseio nacional calcado no atraso do passado colonial que o português – outro, estrangeiro – representava.

IDEIAS LINGUÍSTICAS ANTILUSAS

As ideias antilusitanistas em relação à língua estão ligadas ao início dos estudos do português no Brasil e/ou por brasileiros. Segundo periodização proposta por Guimarães (1994, 2004), levando em conta aspectos político-sociais, consideram-se quatro grandes marcos da construção de saberes metalinguísticos no Brasil: 1. De 1500 a meados do século XIX (com a polêmica José de Alencar/Pinheiro Chagas, 1870 e Carlos de Laet/Camilo Castelo Branco, 1879); 2. De finais do século XIX, com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro (1881) e a fundação da Academia Brasileira de Letras (1897), ao fim dos anos 1930 (fundação das faculdades de Letras no Brasil, 1937, 1939); 3. Do final dos anos 1930 a meados da década de 1960 com a obrigatoriedade da Linguística no currículo dos cursos de Letras e, finalmente, 4. De meados de 1960 aos dias atuais, com a Linguística implantada nos cursos de Letras e consolidada nas pesquisas de pós-graduação, o que estabiliza um viés científico, ao lado do olhar cultural, afetivo e normativo, para as questões linguísticas.

Em relação às publicações, fatos políticos e eventos institucionais que promoveram debates sobre o

português no Brasil, destacam-se: o primeiro dicionário monolíngue do português, de autoria do brasileiro Antonio de Moraes Silva, publicado em Lisboa em 1789; o artigo de Visconde de Pedra Branca sobre os brasileirismos, publicado na introdução ao *Atlas etnográfico do globo*, de Adrien Balbi (1824); o *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Antonio Alves Pereira Coruja e a fundação do Colégio Pedro II em 1837; o *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa*, de Brás de Costa Rubim (1857); a publicação da primeira gramática brasileira da língua portuguesa por Júlio Ribeiro (1881), que busca influências teóricas diferentes das de Portugal; o aparecimento dos *Estudos filológicos* de João Ribeiro em 1884, considerado o primeiro do gênero no Brasil; o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de Antonio Joaquim Macedo Soares (1888), autor que profere a célebre afirmação de que “já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”; a *Gramática expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1907), que teve grande alcance no ensino secundário brasileiro; os trabalhos descritivos de Manuel Said Ali (1908) e as primeiras produções dialetológicas sobre a língua no Brasil com o *Dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920) e, em 1922, o *Linguajar carioca*, de Antenor Nascentes; o *Dicionário etimológico* de Antenor Nascentes de 1932; o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, uma obra coletiva, organizada por José Baptista da Luz, Hildebrando de Lima, Gustavo Barroso e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em 1938; os *Princípios de linguística geral*, de Matoso Câmara em 1941, que marcam o desenvolvimento dos estudos científicos sobre a linguagem no Brasil; o surgimento das primeiras gramáticas normativas sob a pena de Francisco da Silveira Bueno em 1944; os primeiros estudos históricos e estilísticos do português no Brasil, por Serafim da Silva Neto (1952), Matoso Câmara (1953) e Silveira Bueno (1955); o estabelecimento da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, que fixa categorias para a língua e limita a autoria dos gramáticos, de 1959 (cf. BALDINI, 2009); a consolidação de um viés normativo para o pensamento gramatical brasileiro por Celso Cunha (1968,1970) e, finalmente, o estabelecimento de um ponto de vista descritivo (estrutural,

linguístico, científico) no tratamento dos fatos da língua portuguesa no Brasil, com a criação de associações acadêmicas e científicas, como a ABRALIN, 1969 e a ANPOLL, 1984.

A possibilidade de contrapor os estudos do português no Brasil e em Portugal marca definitivamente as discussões sobre a língua brasileira ou sobre um modo específico de praticar o português no Brasil. Do ponto de vista oficial, destacam-se alguns fatos institucionais sobre a língua portuguesa no Brasil: em 1826, o deputado José Clemente apresenta ao parlamento brasileiro um projeto propondo que os diplomas dos médicos fossem redigidos em “linguagem brasileira”; um ano depois é aprovada uma lei estabelecendo que os professores deveriam ensinar a “gramática da língua nacional” (cf. DIAS, 1996). Em 1870, eclode a polêmica entre o escritor brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas, o primeiro defendendo nossa autonomia, o segundo, referindo-se à herança que recebemos de Portugal, a língua portuguesa. Em 1879-80, o jornalista brasileiro Carlos de Laet rebate as críticas do escritor português Camilo Castelo Branco sobre a poesia e os poetas brasileiros. Em 1913, um debate entre o gramático João Ribeiro e o jornalista Carlos de Laet sobre questões gramaticais durou cerca de 3 meses e se estendeu por 30 artigos, evidenciando o peso das questões linguísticas na sociedade brasileira da época. De 1902 a 1905, surge uma nova polêmica, de cunho classicista e purista, entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a redação do Código Civil (PFEIFFER, 2001). Já nas décadas de 1930-40, há uma discussão na Câmara Nacional sobre o nome da língua do Brasil: língua portuguesa ou brasileira?

Na gênese de certo *antilusitanismo*, destaque-se o movimento literário romântico de inspiração nacional e preocupações nacionalistas; a literatura procurava, então, a alma individual e os temas e tradições populares. Constrói-se assim uma tendência à criação de um estilo brasileiro, que culmina com a discussão em torno das diferenças entre a língua portuguesa e a língua brasileira. Os argumentos que predominam do lado luso evocam a superioridade geográfica e demográfica portuguesa, o direito de antiguidade sobre o idioma, sua sobrepujança científica, literária, econômica e técnica. Nessa querela, os

portugueses consideram em geral com desdém os desenvolvimentos do português no Brasil, qualificando-os de dialeto, erro ou degeneração (MELO, 1946). No Brasil, o pensamento romântico sobre a língua inaugura o movimento *separatista*, ou *dialecionista*, que reconhece a vigência de uma variante brasileira para a língua portuguesa, a qual deveria ser legitimada tanto na fala popular quanto no estabelecimento de padrões literários brasileiros, independentes das normas portuguesas. Como contraponto, as ideias *legitimistas* ganham força pregando a supremacia e o rigor da língua portuguesa europeia, verdadeira herdeira dos cânones portugueses. Destaque-se que o argumento da tradição foi convocado pelas duas posições: servia tanto à defesa do purismo linguístico, quanto mantinha legitimistas e dialecionistas em acordo, já que a reprovação do desvirtuamento da língua, sobretudo em relação aos estrangeirismos, era consenso nas discussões. No período pós-romântico assiste-se a uma ascensão das ideias legitimistas e ao surgimento da tese do bilinguismo brasileiro – a norma portuguesa deveria ser respeitada na escrita e a variante dialetal brasileira, crioula, seria aceita na fala – ou de uma dupla vernaculidade para a língua portuguesa: a europeia e a americana (cf. PINTO, 1978).

Com as discussões modernistas, ao lado da disputa pela valorização literária da língua brasileira empenhada por Mário de Andrade e outros autores contemporâneos (cf. Buscácio, 2014), as posições em torno da língua do Brasil continuam a oscilar. Nas décadas de 1930 a 1950, filólogos de renome, como Cândido Jucá Filho, negavam a existência de uma língua falada tipicamente brasileira, afirmando um mero linguajar brasileiro. Contrariamente, João Ribeiro, por exemplo, não diferenciava oral e escrito e defendia a existência da língua nacional, já Edgard Sanches e Herbert Parentes Fortes avançaram na defesa de uma nova língua, propondo um projeto de lei ao Congresso para estabelecer oficialmente a língua brasileira. De um lado, os adversários da mudança no nome da língua se ancoraram numa filiação tradicional e purista à língua portuguesa, vendo aí uma identificação com a cultura letrada; de outro, os defensores da alteração se fundamentaram numa imagem romântica do país fundada no positivismo e no ufanismo que marcaram a história

brasileira da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX. Finalmente, em 1946, a comissão designada pelo governo brasileiro, em atendimento ao estabelecido na Constituição de 1946, decide que “a língua falada no Brasil é língua portuguesa”, demonstrando aberta preferência pela continuidade da tradição letrada em detrimento de argumentos separatistas de cunho romântico, empírico ou naturalista (DIAS, 1996, 2015). A questão da influência lusa nas línguas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste permanece ainda hoje em aberto sendo atualizada contemporaneamente com os debates sobre a lusofonia e o Acordo Ortográfico de 2009 (→*antilusofonismo*).

Pode-se afirmar, portanto, que o *antilusitanismo* nunca se configurou, ao menos no Brasil, como um movimento ou proposta organizada e sistemática. Circulam, de fato, como consequência da colonização linguística (MARIANI, 2004), ideias antilusistas, se se pode dizer, que buscam o reconhecimento de mudanças e inovações ou a recusa de arcaísmos, além da valorização de singularidades histórico-linguísticas e independência político-cultural, nos territórios em que o português é praticado, decerto já como uma língua outra.

BIBLIOGRAFIA

BALDINI, Lauro. *Nomenclatura gramatical brasileira: análise discursiva do controle da língua*. Campinas: RG Editores, 2009.

BUSCÁCIO, Livia L. B. *Mário de Andrade: um arquivo de saberes sobre a língua do/no Brasil*. Tese de Doutorado. Orientação: Vanise Medeiros; Coorientação: José Luis Jobim. Instituto de Letras. Niterói: UFF, 2014.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de fatos gramaticais*. Ministério da Educação e Cultura/ Casa de Rui Barbosa, 1956.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática* referente à língua portuguesa, 3ª edição refundida. Rio de Janeiro/São Paulo: J. Ozon, 1964.

- CASTRO, José Ariel. Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria (dir.). *A literatura no Brasil*. Vol. I: Preliminares e generalidades. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1986. pp. 258-385.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 [1982].
- DIAS, Luiz Francisco. Língua e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX *Revista Polifonia*, v. 22, n. 31. Cuiabá, jan.-jun., 2015.
- DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas: Pontes, 1996.
- DICIONÁRIO brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, Mirador, 1975.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4ª edição. Curitiba: Positivo, 2009.
- FONSECA, João de Sousa (dir.) *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, vol. II e XV. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d. [1945ca.]
- FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, vol. IV. Rio de Janeiro: A Noite, 1940.
- GIRÃO, Raimundo. A língua brasilusa. Introdução ao *Vocabulário popular cearense*. Imprensa universitária do Ceará, 1967.
- GUIMARAES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. *Revista Ciência e Cultura* [online]. 2005, vol.57, n.2, pp. 24-28.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971 [1946].
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1966.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1955.
- NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1966 [1944].
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. Um espaço de enunciação para dizer os brasileirismos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni. A língua brasileira. *Revista Ciência e Cultura* [online]. 2005, vol.57, n.2, pp. 29-30.
- PFEIFFER, Claudia R. C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX / XX. In: ORLANDI, Eni. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes/ Cáceres: Unemat, 2001.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Textos críticos e teóricos (1820/1920); Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Editora da USP, 1978.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp. 1997.
- SANCHES, Edgard. *A língua brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Lacérdina, 1813.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*, 5º vol. Santos/SP: Ed. Brasília, 1974.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

O AUTOR

Carolina P. Fedatto Doutora em Linguística pela Unicamp. Pesquisadora de pós-doutorado na UFF e na UFMG. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Univás. E-mail: carolinafedatto@gmail.com